

GRUPO DE TRABALHO	COORDENADORES	SELECIONADOS
GT 1 – JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, LEGALIDADE AUTORITÁRIA E VIOLÊNCIA DE ESTADO	Coordenação: Andréa Depieri Reginato (UFS-SE) e Mariana Thorstensen Possas (UFBA-BA)	ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE PROCESSOS TRANSICIONAIS UMA PROPOSTA PARA MAIOR OBJETIVIDADE NA ANÁLISE DE PROCESSOS DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO.
		DA SUBVERSÃO AO TERRORISMO
		OS CREDORES DA DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE REPARAÇÃO REALIZADA PELA COMISSÃO DE ANISTIA
		AUTOS DE RESISTÊNCIA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE À LUZ DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO.
		À SOMBRA DO CAJUEIRO: MEMÓRIA, JUSTIÇA E VERDADE DA DITADURA MILITAR EM SERGIPE DE 1964-1976
		O RESGATE DA MEMÓRIA E O CONTEÚDO DA DITADURA MILITAR COMO MECANISMO DE EMANCIPAÇÃO DA DOMINAÇÃO: UM OLHAR PARA OS ALUNOS DO NONO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA – ES
GT 2 – VIOLÊNCIAS, VIOLAÇÕES E DIREITOS HUMANOS	Coordenação: Sheila Marta Carregosa Rocha (UNEB-BA) e Adriana Hartemink Cantini (UNIPAMPARS)	TRÁFICO DE PESSOAS E O CONTRABANDO DE MIGRANTES NO SÉCULO XXI: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS
		A SELETIVIDADE NA ACEITAÇÃO IMIGRATÓRIA NO BRASIL E O “MITO DA DEMOCRACIA RACIAL
		VIOLÊNCIA ENTRE CASAIS JOVENS NA INTIMIDADE SOB O OLHAR DOS DIREITOS HUMANOS
		FEMINICÍDIOS NA BAHIA: CASOS, EXPRESSÕES E CARTOGRAFIA
		CRÔNICA DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA: A VIOLÊNCIA NOS PRESÍDIOS DE MANAUS PRENUNCIADA NO RELATÓRIO DO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA
		LIMITES E DESAFIOS PARA A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
		CRÔNICA DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA: A VIOLÊNCIA NOS PRESÍDIOS DE MANAUS PRENUNCIADA NO RELATÓRIO DO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA
		A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MBITO ESCOLAR
		AS REGRAS DE ‘CASA’: O CORPO E A IMAGEM DA LOUCA EM INSTITUIÇÕES PSIQUIÁTRICAS NO BRASIL E PORTUGAL
		VIOLÊNCIA E DIVERSIDADE NA ESCOLA: ESTUDO DE CASO SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES
		VIOLÊNCIAS PRATICADAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SEU ENFRENTAMENTO ATRAVÉS DA PRÁTICAS RESTAURATIVAS
		ABANDONO E SUPERENCARCERAMENTO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
GT 3 – ACHADOS EMPÍRICOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	Coordenação: Cristina Maria Zackseski (UnB-DF) e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (UFMG-MG)	MULHERES IDOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: UMA INVESTIGAÇÃO SOCIAL A PARTIR DO TRABALHO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.
		OS DISCURSOS SOBRE AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: PERCEPÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DAS FORÇAS POLICIAIS
		A ANÁLISE DO FLUXO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (SJC) COMO TÉCNICA DE PESQUISA EMPÍRICA NO DIREITO E NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA
		SOCIOEDUCAR OU PUNIR? A RACIONALIDADE PENAL NAS PRÁTICAS DA JUSTIÇA JUVENIL DO RIO DE JANEIRO
		TRANCA OU VALA
		DETERMINANTES DAS DECISÕES JUDICIAIS EM AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA
		OBSTÁCULOS À PLENITUDE E REPRESENTAÇÕES DA DEFESA INDICADA PELO ESTADO NO TRIBUNAL DO JÚRI SÃO PAULO - SP
		O MITO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO PRESO PROVISÓRIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO
		SER MÃE EM CÁRCERE: O PADECER DA MATERNIDADE ENCARCERADA SOB O OLHAR E ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
		“OS OUTROS FILHOS DERAM PROBLEMA? ”: UMA REFLEXÃO SOBRE O DISCURSO EVIDENCIADO PELO JUDICIÁRIO
		PRESIDIÁRIAS PREVENTIVAS GESTANTES E/OU QUE POSSUEM FILHOS COM ATÉ 12 ANOS DE IDADE NO ESTADO DE ALAGOAS: UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ARTIGO 318, INCISOS IV E V DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.
		ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A FUNCIONALIDADE E EFICÁCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL FACE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER ENTRE GRADES INVISÍVEIS E REDES DE PROTEÇÃO: A REALIDADE E OS DESAFIOS DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
LIVRE ARBÍTRIO COMO CONTROLE SOCIAL: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA A PARTIR DO ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO		

		OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA 17ª VARA CÍVEL DE ARACAJU/SE
		IMPLICAÇÕES E PRÁTICA DA PROVA ORAL NO PROCASSO PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS FUNDAMENTAÇÕES NAS INST NCIAS SUPERIORES
		INTERAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE MÍDIA E SISTEMA DE JUSTIÇA: O TRATAMENTO DAS ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE
GT 4 – SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES RACIAIS	Coordenação: Evandro Charles Piza Duarte (UnB-DF) e Felipe da Silva Freitas (UnB-DF)	“DISCURSOS NECROPOLÍTICOS”: ANÁLISE DE DISCURSO DE PROCESSOS CRIMINAIS DE PRESOS MORTOS NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE PEDRINHAS (SÃO LUÍS / MARANHÃO)
		O JUIZ CRIMINAL E A GESTÃO DA « VIDA NUA »
		CULTURA DA PERIFERIA E O OLHAR DO PODER JUDICIÁRIO: A QUESTÃO DA APOLOGIA AO CRIME
		ONDE TODOS SÃO SUSPEITOS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA POLÍTICA NAS PERIFERIAS DO RECIFE
		AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: DISCURSOS, INSTITUIÇÕES, PODERES E PRÁTICAS NA CIDADE DE SALVADOR -BAHIA
		PÉS NEGROS DESCALÇOS: A CULTURA PUNITIVA NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA
		A JUSTIÇA RESTAURATIVA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CAUSADOS PELO RACISMO NO AMBIENTE NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO
		SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES RACIAIS
		A SELETIVIDADE NAS ABORDAGENS POLICIAIS: “A NEGRITUDE COM MÃOS NA PAREDE”
		A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE E O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA: UM OLHAR A PARTIR DO BAIRRO AVIÁRIO
		EM BUSCA DE UM “ESTILO DE VIDA MULTIRRACIAL E MULTICULTURAL”: DESAFIOS DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DA ESCRAVIDÃO NEGRA
		MÃOS NA CABEÇA! DE JOELHOS! : GENOCÍDIO NEGRO, BIOPODER, NECROPOLÍTICA E O ESTADO BRASILEIRO
		CORPOS DESTROÇADOS: LINCHAMENTOS EM SALVADOR
		UMA NOVA-VELHA POLÍTICA DE SEGURANÇA E O IMPERATIVO DA MORTE: O CONTROLE RACIALIZADO DAS BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA NO GRANDE NORDESTE DE AMARALINA
		GT 5 – POLÍTICA CRIMINAL, ENCARCERAMENTO E SEGURANÇA PÚBLICA
NEOLIBERALISMO E PUNIÇÃO: UM ESTUDO ACERCA DA ATIVIDADE LEGISLATIVA SOBRE ADOLESCENTES		
“DAR A LUZ, NO CÁRCERE”: A VALORIZAÇÃO E OS DIREITOS DAS MÃES/FILHOS (AS) EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA		
O MODELO DOS MÚLTIPLOS FLUXOS DE KINGDON E AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: O CASO DO PROGRAMA “PACTO PELA VIDA” DE PERNAMBUCO (2007 – 2013)		
POLÍTICA PENAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CONTEXTO E ELABORAÇÃO DA LEI DE CRIMES HEDIONDOS		
A DISPUTA ENTRE PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO PELA EFETIVAÇÃO DO INDULTO PRESIDENCIAL		
ANÁLISE DA REITERAÇÃO DELITIVA NOS ACORDOS RESTAURATIVAS FIRMADOS JUNTO À 5ª E 6ª VARAS DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO LARGOS DO TANQUE, EM SALVADOR BAHIA, NO ANO DE 2015		
TAXA DE ENCARCERAMENTO NO BRASIL: ANÁLISE QUANTITATIVA DAS DIFERENÇAS ENTRE OS ESTADOS		
AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS ESTADOS DE ALAGOAS, SERGIPE E PERNAMBUCO (2007-2013)		
A JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA AOS CRIMES FUNCIONAIS PRATICADOS POR PREFEITO: O DECRETO LEI Nº 201/67 E O CONSTITUCIONALISMO TARDIO		
PARA ALÉM DA CULPA E DA PRISÃO: O AUTOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM BELÉM		
MORTOS NOS CÁRCERES DE ALAGOAS ENTRE 2012 E 2015: A DINÂMICA PRISIONAL E A TECNOLOGIA DO RACISMO EM FOUCAULT.		
JUIZADO ESPECIAL DO LARGO DO TANQUE: A INCORPORAÇÃO DOS VALORES E PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS PENAI		
TENDÊNCIAS POLÍTICO-CRIMINAIS REPRESSIVAS EM MATÉRIA DE ADOLESCENTES NO BRASIL: AS RECENTES TRAMITAÇÕES DAS PROPOSTAS DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL		
		AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NA COMARCA DE FORTALEZA, CEARÁ: ANÁLISE DE DADOS DO ANO DE 2016

GT 6 – PENA E PRISÃO	Coordenação: Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado (UFBA-BA) e Daniel Nicory do Prado (Faculdade Baiana de Direito-BA)	A MANUTENÇÃO DE PRÁTICAS PUNITIVAS NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA DO RECIFE: UM MERGULHO NA DIN MICA DO PLANTÃO JUDICIÁRIO DA CAPITAL PERNAMBUCANA
		A FORMAÇÃO EM SERVIÇOS PENAIIS E SUA RELAÇÃO COM OS SENTIDOS DA PRISÃO
		AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E DEFENSORIA PÚBLICA: ESTUDO EMPÍRICO QUANTITATIVO NA COMARCA DE SALVADOR
		O OLHAR DOS DETENTOS QUANTO À SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL
		ENTRE A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E A FAMÍLIA
		ANVERSO: A PERSPECTIVA DO CONDENADO ACERCA DA CULPABILIDADE E RESPONSABILIDADE APÓS AS SANÇÕES PENAIIS NA LEI MARIA DA PENHA (11.340/06), UM ESTADO DOS APENADOS EM PRISÃO DOMICILIAR E SURSIS PROCESSUAL
		TEORIA AGNÓSTICA E SOLUÇÕES PARA O DESENCARCERAMENTO
		AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: UM AVANÇO NA REDUÇÃO DO ENCARCERAMENTO (?)
		AS MEDIDAS CAUTELARES E A INOBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NA COMARCA DE SALVADOR-BA
		PERCEPÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA POR DIVERSOS ATORES DO SISTEMA DE JUSTIÇA
		AS MULHERES ENCARCERADAS E A INVISIBILIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (ANÁLISE DO CONJUNTO PENAL DE PAULO AFONSO)
		CRIMINALIDADE E ENCARCERAMENTO EM MASSA NO RIO DE JANEIRO
		PERCEPÇÕES SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
		A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA PRISÃO DOMICILIAR PARA MULHERES GESTANTES: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
GT 7 – DIREITO E QUESTÃO FUNDIÁRIA: REGULAÇÃO JURÍDICA DOS ASSENTAMENTOS URBANOS E RURAIS DE BAIXA RENDA	Coordenação: Alex Magalhães (UFRJ-RJ) e Adriana Nogueira Vieira Lima (UEFS-BA)	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM PANORAMA A PARTIR DA EMPÍRIA
		REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E FEDERALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA LEGISLATIVA DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO
		PROCESSOS E ESTRATÉGIAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA REGIÃO CENTRO-OESTE: UM ESTUDO FUNDADO NA LEI FEDERAL Nº 11.977 /2009.
		LEIS MUNICIPAIS PAULISTAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
		REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL: A UTILIZAÇÃO DE ZEIS NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA EM SEROPÉDICA
		ATIVISMO JUDICIAL E CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA: A USUCAPIÃO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA SOBRE BENS PÚBLICOS DESAFETADOS COMO INSTRUMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
		REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL: O CASO DE PONTE NOVA
		ATUAÇÃO DOS ESTADOS FEDERADOS NOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA AMAZÔNIA LEGAL: A EXPERIÊNCIA DO ACRE
		O DIREITO AUTOCONSTRUÍDO EM SARAMANDAIA: DESAFIOS DA PESQUISA EMPÍRICA EM DIREITO
		AS CONDIÇÕES DA MULHER ASSENTADA DA REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO A PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS DE GÊNERO NOS ASSENTAMENTOS EM ESTÂNCIA/SE
GT 8 – PESQUISAS EMPÍRICAS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E LUTAS DE CLASSES NO CAMPO	Coordenação: Ana Maria Motta Ribeiro (UFF-RJ) e Hugo Belarmino de Moraes (UFPB-PB)	O DESMONTE DO SISTEMA NORMATIVO DE AGROTÓXICOS COMO ELEMENTO DE INTENSIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS INERENTES À LUTA DE CLASSES NO CAMPO
		AGRONEGÓCIO, MEIO AMBIENTE E OS IMPACTOS SOBRE O DIREITO AO TRABALHO DIGNO NO MEIO RURAL
		ACAMPAMENTO PAULO FREIRE 4: A RESISTÊNCIA QUE BROTA DA TERRA
		O PODER DA TERRITORIALIZAÇÃO – DO MAPEAMENTO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO A TERRA: O CASO DO LITORAL NORTE DA BAHIA
		PODE O PROFANO FALAR? MST E O DIREITO DE DIZER O DIREITO
		CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: COMUNIDADE TRADICIONAL RIBEIRINHA PORTO DO CAPIM E A LUTA PELA MORADIA
DIAGNÓSTICO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS RURAIS EM CORRENTINA (BA): SUBSÍDIOS PARA UMA GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL PARTICIPATIVA NO OESTE BAIANO.		

		<p>UMA TERRA SEMPRE INCERTA: DESPEJOS, REPRESSÃO E AMEAÇAS NAS TRAJETÓRIAS CAMPONESAS</p> <p>O GOSTO AMARGO DO RIO DOCE: OS PESCADORES CAPIXABAS E A LUTA PELA DIGNIDADE A PARTIR DA UM OLHAR SÓCIOJURIDICO</p> <p>INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUO: UMA GRAVE AMEAÇA AO MANANCIAL RIO ARATACA E AOS TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO ENGENHO UBU</p>
GT 9 – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E MOVIMENTOS DE JUSTIÇA AMBIENTAL	Coordenação: Julio Cesar de Sá da Rocha (UFBA-BA), Juliana Neves Barros (UFRB-BA) e Ariadne Muricy Barreto (UFBA/UEFS-BA)	<p>DIREITO, DECOLONIALIDADE E DEVASTAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE PARA O REGIME JURÍDICO SOCIOAMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA</p> <p>O CONSELHO GESTOR NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS EM RESERVA EXTRATIVISTA: RESULTADOS INICIAIS DE ESTUDO DE CASO NA RESEX PIRAJUBAÉ/SC</p> <p>JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO</p> <p>A DIMENSÃO RACIAL DO INTERESSE PÚBLICO NO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL DOS QUILOMBOS BARRO VERMELHO (PI) E CONTENTE (PI) COM A FERROVIA TRANSNORDESTINA</p> <p>A QUEM REALMENTE SERVE O MARCO LEGAL DA BIODIVERSIDADE?</p> <p>DESENVOLVIMENTO URBANO, CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E ACESSO À JUSTIÇA: UM ESTUDO DA ATUAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) NO CONFLITO DO QUILOMBO DE PARATIBE – PB</p> <p>JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA E O DESAPARECIMENTO (DA SOCIABILIDADE) DO POVOADO CABEÇO</p> <p>HIDROTERRITÓRIOS OU AGROHIDRONEGÓCIO? UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE O PROCESSO DE DESTERRITORIZAÇÃO NA BARRAGEM DE ACAUÃ - PARAÍBA - BRASIL</p> <p>DISCUSSÕES JURÍDICAS ACERCA DA SOBREPOSIÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA NO PARÁ</p> <p>CONFLITO AMBIENTAL, DIREITO E RECONHECIMENTO: O CASO DA COMUNIDADE BOCA DA BARRA DA SABIAGUABA</p> <p>ANÁLISE DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL PROVENIENTE DA SOBREPOSIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO LITORAL NORTE DA PARAÍBA</p>
GT 10 – PESQUISA EMPÍRICA EM DIREITO E A QUESTÃO AGRÁRIA	Coordenação: Marília Veloso Lomanto (UEFS-BA), Cloves Araujo (UNEB-BA) e Sara da Nova Quadros Côrtes (UFBA-BA)	<p>“QUEM LEMBRA, LUTA”: ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS TRADICIONAIS NOS PROCESSOS DEMARCATÓRIOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUASSU-BA.</p> <p>A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA QUESTÃO QUILOMBOLA</p> <p>A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM CONFLITOS POR TERRA: IN DÚBIO PRÓ LATIFÚNDIO?</p> <p>O CONFLITO ENTRE OCUPAÇÃO, LEI E FUNÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE PONTO BELO-ES</p>
GT 11 – DESCOLONIZANDO OLHARES, FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE AFRICANA E ESTUDOS DE GÊNERO: PERSPECTIVAS PARA PESQUISAS EMPÍRICAS COMPARADAS NO DIREITO	Coordenação: Miguel Ângelo Silva De Melo (FACHUSC/ UNILEÃO-CE), Edson Soares Martins (URCA-CE) e Zuleide Fernandes de Queiroz (PRODER/UFCA-CE)	<p>A (IN) ACESSIBILIDADE DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL REGIONAL DO CARIRI - PIRC: RÓTULOS, ESTIGMAS E IMPEDIMENTOS</p> <p>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ETNOGÊNERO NO CANDOMBLÉ: PESQUISA-ÇÃO E ETNOGRAFIA VIRTUAL COM TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NO CEARÁ</p> <p>A PERMANÊNCIA DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO MOVIMENTO FEMINISTA DENUNCIADO POR ANGELA DAVIS NO SÉCULO XXI</p> <p>VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, ESTIGMA SOCIAL E SUJEIÇÃO CRIMINAL: A REINserÇÃO SOCIAL VIVENCIADA POR EGRESSOS NEGROS NO CARIRI CEARENSE</p> <p>A VULNERABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA MULHER ARTESÃ EM JUAZEIRO DO NORTE</p> <p>“TERREIRIZAÇÃO” DAS CIDADES: A EXPANSÃO DAS COMUNIDADES RELIGIOSAS DE MATRIZ AFRICANA COMO TERRITORIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E AFIRMATIVA DOS DIREITOS DO NEGRO NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE.</p> <p>DECOLONIZAÇÃO DE SABERES E FILOSOFIA AFRICANA: CAMINHOS PARA O FUNCIONAMENTO DA LEI 10.639/03 NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE.</p> <p>A PERMANÊNCIA DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO MOVIMENTO FEMINISTA DENUNCIADO POR ANGELA DAVIS NO SÉCULO XXI</p> <p>BULLYING ESCOLAR SOB O FOCO DO PERTENCIMENTO RELIGIOSO EM ESCOLA PÚBLICA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE</p> <p>‘MEU FILHO VAI TER NOME DE SANTO’: RELIGIOSIDADE E ANCESTRALIDADE AFRICANA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO AO NOME</p> <p>(DES)CUIDANDO DO GÊNERO NA ESCOLA: ANÁLISE CRÍTICA DA HETERONORMATIVIDADE NO LEGISLATIVO SOB O FOCO DOS DIREITOS LGBT</p> <p>FILOSOFIA AFRICANA E ESTUDOS DECOLONIAIS: CONSTRUINDO DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES A LUZ DA EDUCAÇÃO COMPARADA.</p>

GT 12 – DIMENSÕES DA PESQUISA EMPÍRICA EM GÊNERO E DIREITO	Coordenação: Camila Cardoso de Mello Prando (UNB-DF), Carolina Salazar (UFRJ-RJ), Helena Rocha Coutinho de Castro (UNICAP-PE) e Marília de Nardin Budó (IMED-RS),	OS DIREITOS DAS MULHERES AFRO-BRASILEIRAS NO CONGRESSO NACIONAL: REVENDO OS DEBATES NO MBITO DA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL DESDE A PERSPECTIVA DAS MULHERES NEGRAS
		LEVANTAMENTO GERAL DE PROCESSOS JUDICIAIS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SOBRE COTAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PROPOSTAS POR MULHERES (2003-2015)
		LEI 11.340/06: A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NOS JUIZADOS ESPECIAIS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO – UMA INVESTIGAÇÃO DE PRÁTICAS E POSSIBILIDADES
		DO PENSAMENTO FEMINISTA AO CÓDIGO PENAL: PENSANDO O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA LEI DO FEMINICÍDIO NO BRASIL
		DIVERSIDADE E EQUIDADE NAS EMPRESAS E O PAPEL DO DIREITO: DIAGNÓSTICO EMPÍRICO SOBRE AS POLÍTICAS PRIVADAS DE DIVERSIDADE NO BRASIL E PROPOSTAS PARA A AGENDA DE PESQUISA EM DIREITO EMPRESARIAL
		ACESSO À JUSTIÇA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA A PARTIR DOS CONCEITOS DE GÊNERO E PATRIARCADO
		OS TRAFICANTES E AS SANTAS DO LAR: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS OPERADORES DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (SIC) NA COMARCA DE MONTES CLAROS –MG
		“GÊNERO” E “DIFERENÇA” NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO PÓS-ACORDO DE PAZ NA COLÔMBIA: ENTRE O STAND POINT E O ANÁLISE DISTRIBUTIVO
		“DISCURSO E PRÁTICA DA METODOLOGIA DE ENSINO JURÍDICO E A ORDEM DE GÊNERO NA FORMAÇÃO EM DIREITO EM SALVADOR – BAHIA.”
		O FANTASMA DO MACHO NO CORPO TRAVESTI: SEXO, GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DISCURSO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
		VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE MULHERES GRÁVIDAS, PARTURIENTES E PUÉRPERAS EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: MARCO LEGAL E RESPONSABILIDADE DO ESTADO
		AS REGRAS DE BANGKOK E A DIVERSIDADE APRISIONADA: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO A UMA PESQUISA EMPÍRICA SOBRE O ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL
		INTERAÇÕES DE GÊNERO NAS SALAS DE AULA DA FACULDADE DE DIREITO DA USP
		O DIREITO, A MULHER E A CONSTRUÇÃO DE AUSÊNCIAS: ANÁLISES DE DISCURSOS JURÍDICOS PARTIR DA TEORIA DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
		VIVÊNCIAS DO ABORTO CLANDESTINO NA PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS SOTEROPOLITANAS
		PROCESSOS DE RETIFICAÇÃO DE NOME E GÊNERO NO TJ DE SÃO PAULO: A VALORAÇÃO DAS PROVAS
		AS DISPUTAS EM TORNO DO MASCULINO UNIVERSAL COMO DOXA DO CAMPO DA REVISTA DISCURSOS SEDICIOSOS - CRIME, DIREITO E SOCIEDADE
		FEMINICÍDIO E AS TENSÕES DE SUA CRIMINALIZAÇÃO EM PROCESSOS JUDICIAIS NO DISTRITO FEDERAL
		POLÍTICAS DE MEMÓRIAS HISTÓRICA E VIOLÊNCIAS INTRA/INTERÉTNICAS: DEMOCRATIZAÇÃO O DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA PARA O ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA MULHERES INDÍGENAS
		ANÁLISE HISTÓRICA DOS ARGUMENTOS JURÍDICO-PSIQUIÁTRICOS DIRECIONADOS À FORMAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE DOENÇA MENTAL APLICADO A MULHERES NO MBITO DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DE ALAGOAS (1979-1983)
O PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS NA LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONTRIBUIÇÃO PARA O FEMINISMO NEGRO		
UNIVERSIDADE E DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER: TR NSITOS E NARRATIVAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO		
O LUGAR DE FALA ENQUANTO PROPOSTA EPISTEMOLÓGICA: CONTRIBUIÇÕES À PESQUISA EM CRIMINOLOGIA A PARTIR DO FEMINISMO NEGRO.		
EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E MULHERES TRANS ENCARCERADAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO CARIOCA		
O JUDICIÁRIO PARAIBANO NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS: UM OLHAR FEMINISTA E DE GÊNERO		
GT 13 – AVALIANDO PESQUISAS EMPÍRICAS NO CAMPO DO DIREITO A PARTIR MÉTODOS E TÉCNICAS PARA ANÁLISE DE DISCURSO	Coordenação: André Rodrigues Corrêa (FGV DIREITO-SP), Douglas de Castro (FGV DIREITO-SP) e Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto (FGV DIREITO-SP/FDUSP-SP)	DEUS EX MACHINA: DADOS PESSOAIS E TECNOLOGIA AVALIAÇÃO EMPÍRICA DOS DISCURSOS DE ATORES EM SAÚDE DIGITAL

GT 14 – DIREITO E MARX	Coordenação: Carlos Eduardo Soares de Freitas (UNEB-BA) e Murilo Carvalho Sampaio Oliveira (UFBA-BA)	TERCEIRIZAÇÃO E PREVIDÊNCIA EM FEIRA DE SANTANA
		CRÍTICA AOS DIREITOS HUMANOS DESDE AMÉRICA LATINA: LOCAL DE ENCONTRO DO MARXISMO E DA FILISOFIA DA LIBERTAÇÃO
		POLÍTICA, ESTÉTICA, ARTE E DIREITO: DES-ALIENAÇÃO E EMANCIPAÇÃO NAS RUPTURAS METODOLÓGICAS DA PRÁXIS NO ENSINO DO (S) DIREITO (S)
		MARX E O ESTADO SEM ALIENAÇÃO
GT 15 – INTERDISCIPLINARIDADE E E MULTIMÉTODOS: UM DESAFIO À PESQUISA EMPÍRICA EM DIREITOS HUMANOS	Coordenação: Flávia Luciana Guimaraes Marçal Pantoja de Araújo (UFRA-AM), Vera Ribeiro de Almeida dos Santos (UFF-PPGSD/InEAC-RJ) e Fabiane Machado Barbosa (UFRA/ UFF-PA/RJ)	LIMPANDO O TERRENO: ESTUDO EPISTEMOLÓGICO DA RELAÇÃO CIÊNCIA JURÍDICA E PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO ASSOCIADO
		O DIREITO À CIDADE E AS OCUPAÇÕES TRACIONAIS EM ÁREAS DE RESSACA EM MACAPÁ/AP
		DESAPOSENTAÇÃO E (IN)SEGURANÇA JURÍDICA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA MULTIMÉTODOS
		A LICENÇA PATERNIDADE E O DIREITO DA CRIANÇA À CONVIVÊNCIA FAMILIAR: UMA PESQUISA EMPÍRICA EM BELÉM-PA
		DIREITO E A EXPANSÃO EVANGÉLICA NO BRASIL: IMBRICAÇÕES SOBRE A LEGITIMAÇÃO DO PODER E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS.
		SENSIBILIDADE, NARRATIVA E VOZ: REFLEXÕES SOBRE METODOLOGIA EMPÍRICA A PARTIR DE UMA PESQUISA SOBRE MULHERES E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA
		CONFLUÊNCIA DE FONTES DO DIREITO NA PERSPECTIVA ANALÍTICA DA EFETIVIDADE DA NORMA: REPENSANDO OS DIREITOS HUMANOS
UMA ANÁLISE EM MULTIMÉTODOS SOBRE A INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA NOS CASOS DE LITÍGIO CONJUGAL NO FÓRUM CÍVEL DE BELÉM/PA		
GT 16 – MODELOS DE ANÁLISE RETÓRICA E ARGUMENTATIVA DE DISCURSOS JURÍDICOS	Coordenação: Isaac Costa Reis Universidade de Brasília (UnB-DF) e Clóvis Marinho de Barros Falcão (UFS-SE)	A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS COM TRANSMULHERES E TRAVESTIS: UM ESTUDO JURISPRUDENCIAL
		ESTRATÉGIAS RETÓRICAS E ARGUMENTATIVAS EM PARECER DO MPF A “ESCOLA LIVRE”
		A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NAS DECISÕES SOBRE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
		O DEBATE JURÍDICO E POLÍTICO ACERCA DA PEC 241/55
		RATIO DECIDENDI DAS DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO PRIVACIDADE NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
		A DISCUSSÃO DA UNIÃO HOMOAFETIVA NOS PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO: PERSPECTIVAS DIVERSAS
		A ANÁLISE DO DISCURSO NORMATIVO DAS DECISÕES RELATIVAS AO CASAMENTO CIVIL HOMOAFETIVO NO ESTADO DE SERGIPE COMO ATUALIZAÇÃO MATERIAL DA CONSTITUIÇÃO
PADRÕES DE ARGUMENTAÇÃO POR PRECEDENTES		
GT 17 – HISTÓRIA DO DIREITO E PESQUISA COM FONTES	Coordenação: José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes (UFBA/IHAC-BA) e Márcia Costa Misi (UEFS-BA)	ONDE ESTÁ A RAÇA? UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO SOBRE RAÇA NAS REVISTAS JURÍDICAS BRASILEIRAS CONCEITO CAPES QUALIS A1
		AS TEORIAS GLOBALIZANTES COMO INSTRUMENTO PRECÁRIO PARA A SOCIOLOGIA DO CASTIGO: UMA CRÍTICA NECESSÁRIA AOS CLÁSSICOS – VIGIAR E PUNIR; CÁRCERE E FÁBRICA E PUNIÇÃO E ESTRUTURA SOCIAL
		UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O COLONIALISMO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE PERSONALIDADE NO PARÁ DO SÉCULO XIX A PARTIR DE RELATOS ORAIS DE DESCENDENTES DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS EM PITIMANDEUA E MACAPAZINHO.
		REGISTROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DE SANT’ANNA DA CAMPINA EM BELÉM: ANÁLISE DA ORIGEM FUNDIÁRIA DA CAPITAL PARAENSE NO SÉCULO XIX
		PATRIMÔNIO CULTURAL E LIBERDADE RELIGIOSA DO POVO DE SANTO: ANÁLISE A PARTIR DE MÚLTIPLAS FONTES
GT 18 – METODOLOGIAS DE PESQUISA PARTICIPATIVA APLICADAS AO DIREITO E EXTENSÃO EM COMUNIDADE	Coordenação: José Cláudio Rocha (CRDH da UNEB-BA), Denise Abigail Britto Freitas Rocha (UNEB-BA) e Luiz Carlos Rocha (UNEB-BA)	A MÍDIA E O DIREITO: A CONSTRUÇÃO DO SABER JURÍDICO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
		A DEFENSORIA PÚBLICA NAS RUAS DE BUENOS AIRES E RIO DE JANEIRO: NOVOS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UM ACESSO À JUSTIÇA PARA TODXS
		A NECESSIDADE DO INCENTIVO À PESQUISA NO ÂMBITO DO ENSINO JURÍDICO COMO UMA ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO
		METODOLOGIA PARTICIPATIVA EM DIREITO: UMA PRÁTICA DE APRENDER.
		PESQUISA E AÇÃO: UMA COMBINAÇÃO POSSÍVEL E NECESSÁRIA?
		COMITÊ COMUNITÁRIO DE CIDADE DE DEUS: ESTUDO DE CASO E A CAPACIDADE DE DAR VISIBILIDADE A AÇÕES COLETIVAS DE RELEVÂNCIA SOCIAL
		PESQUISA PARTICIPATIVA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O FORTALECIMENTO DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS PARA O ENFRENTAMENTO DE QUESTÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS
INTERVENÇÕES JURÍDICO-POLÍTICAS NOS POVOADOS CARRILHO, DENZEIRO, TABOCA E LAGOA DO FORNO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL		

GT 19 – DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	Coordenação: Cristiane Catarina de Oliveira (IPA-RS), Márcia Rosa de Lima (IMED-RS) e André Santos Chaves (PGM-RS)	DESENHO E GARGALOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS DOS CONSELHOS DAS SUPERVISÕES TÉCNICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
		POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA SOB A PERSPECTIVA DA LEI 11.340/2006 – A ATUAÇÃO EFETIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
		ACESSO A TRANSPORTE COLETIVO E DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: SITUAÇÃO DE ESTUDANTES QUE RESIDEM NO INTERIOR DE SERGIPE E FREQUENTAM O CURSO DE DIREITO DA FACULDADE PIO DÉCIMO EM ARACAJU
		POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO A DIREITO FUNDAMENTAL: O CASO DA CRIAÇÃO DA CASA ABRIGO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ -SP
		A (AUSÊNCIA) POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
		O SIGNIFICADO JURÍDICO NORMATIVO DE “ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL” NO MBITO DAS POLÍTICAS DO ESTADO ADMINISTRADOR
		ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES PELOS DIVERSOS ATORES POLÍTICOS E SOCIAIS: HORIZONTES PARA A REVISÃO
		A ATUAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL DA INFNCIA E ADOLESCÊNCIA DE FRANCA NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO
		COMO SE DIALOGA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA MUNICIPAL
		A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NAS CIDADES DE CRATO E JUAZEIRO DO NORTE – CE
		REFLEXÕES SOBRE A EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA/BA
		POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ATENDIMENTO INTEGRAL DE MÃES E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM GRAVATAÍ/RS		
GT 20 – POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITO À EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	Coordenação: Kelly Gianezini (UNESC-SC) e Jane Ferreira Porto (UNICAMP-SP)	EDUCAÇÃO PARA A SOCIEDADE DO RISCO
		O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN E SUA INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO NA CIDADE DE BELÉM
		A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA GOVERNANÇA UNIVERSITÁRIA: UMA PERSPECTIVA JURÍDICO-INSTITUCIONAL DE ANÁLISE
		A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR E A JUDIALIZAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NA UNIVERDISIDADE FEDERAL DA BAHIA
		O IMPACTO DA PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DE DIREITO: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO JUSPOPULI UM FEIRA DE SANTANA –BA
		RELATOS DE ESTUDANTES DA PEDAGOGIA SOBRE A LEI 10.636/2003: QUESTÕES DE DEBATE
		AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE: RETRATOS DE UMA PESQUISA SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS EM UMA FACULDADE PÚBLICA DE DIREITO
		A INADEQUAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
		SARAMANDAIA, TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA: DIÁLOGOS ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE
		A CONSTITUIÇÃO E A ANÁLISE DO PERFIL DO DISCENTE PESQUISADOR NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
		A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA A PESQUISA ACADÊMICA: O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ATUAL DOS GRUPOS DE PESQUISA E A CRISE NO ENSINO JURÍDICO
		A PESQUISA JURÍDICA REFLETIDA NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA EM 2016.2
		O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ATORES E PARADIGMAS
		VALES EDUCACIONAIS E O DIREITO À EDUCAÇÃO: IMPRESSÕES DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO BÁSICO
		BIDOCÊNCIA EM DUQUE DE CAXIAS/RJ: CAMINHOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA ENQUANTO PARTE QUALITATIVA DO DIREITO DE ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
COMPREENSÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE		
SITUAÇÃO DAS BOLSAS DE PESQUISA OFERECIDAS PARA A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		
Coordenação: Vlória	UM MUNDO À PARTE: OUVINDO USUÁRIAS DE CRACK E DESVENDANDO VOZES EXPERIÊNCIAS (RELAÇÕES, USOS E HÁBITOS)	

GT 21 – DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL	Jamile dos Santos Jucá (UFBA-BA), Ludmila Cerqueira Correia (UFPB-PB) e Monique Araújo de Medeiros Brito (FTC-BA)	POLÍTICA SOBRE DROGAS PARA DEPENDENTES NO ESTADO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE ACERCA DO IMPACTO DA REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM INTERFACE COM OS DIREITOS HUMANOS.
		A INTERNAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA CUMPRIDORES DE MEDIDA DE SEGURANÇA NO HCTP/BA
		POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E DE CRIANÇA E ADOLESCENTE NO LEGISLATIVO
		HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO DE SERGIPE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE OS INTERNOS COM TRANSTORNOS MENTAIS E A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E DA SAÚDE MENTAL
GT 22 – DEMOCRACIA, PODER JUDICIÁRIO E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: MÚLTIPLOS ENFOQUES EMPÍRICOS SOBRE O COMPORTAMENTO JUDICIAL	Coordenação: Flávia Danielle Santiago Lima (UPE-PE) e José Mario Wanderley Gomes Neto (UNICAP-PE)	A RELIGIÃO NAS DECISÕES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL: REFLETINDO SOBRE A PEC 99/11 COM BASE NA ATUAÇÃO DA CNBB JUNTO AO STF
		A EXTINÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E A MAIORIDADE SUPERBENIENTE: UM ESTUDO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
		A JUDIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO
		ABUSO DE PODER NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: O PROBLEMA DO PEDIDO DE VISTA NO MBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
		STF X CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: QUEM DETERÁ A “ÚLTIMA PALAVRA” SOBRE A LEI DE ANISTIA?
		A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FACE AOS PRECEDENTES JUDICIAIS E OS DEVERES ESTABELECIDOS PELO CPC/2015 NESSE CONTEXTO
		A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL INTERNA DO TJ-SP NA PERSPECTIVA DE SEUS MAGISTRADOS
		A SISTEMÁTICA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA EFETIVIDADE NO CONTROLE DA LITIGANCIA REPETITIVA A PARTIR DO CASO DAS OPERADORAS DE TELEFONIA
		DIREITO, POLÍTICA E DECISÃO NA OPERAÇÃO LAVA JATO: UMA ABORDAGEM À LUZ DA TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS AUTOPOIÉTICOS.
		PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA: ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA DELIMITAÇÃO DO ART. 5º, LVII, CF/88
		ANÁLISE DO LITÍGIO COLETIVO POR EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 2006 A 2016
		TUTELA COLETIVA NO DIREITO A MEDICAMENTOS: UM ESTUDO DE CASOS DOS TRIBUNAIS ESTADUAL E FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
		GT 23 – DIREITO E ARTE
QUEM JULGA OS JULGADORES? ANÁLISE DE CASOS EM QUE MEMBROS DO JUDICIÁRIO USAM O SISTEMA DE JUSTIÇA COM OBJETIVOS POLÍTICOS		
LITÍGIO ESTRATÉGICO EM DIREITOS HUMANOS: AS DISPUTAS DE SENTIDO E DE INFLUÊNCIA NA ADI Nº 4.234		
A (I)LICITUDE DA FOTOGRAFIA A PARTIR DA VISÃO DE JUDITH BUTLER		
O QUE DIZEM AS IMAGENS? POTENCIALIDADES DE UTILIZAÇÃO DO MÉTODO DOCUMENTÁRIO EM PESQUISA EMPÍRICAS EM DIREITO		
DIREITOS HUMANOS E CINEMA: MIRADAS À (SUB)REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS TRANS NA PRODUÇÃO FÍLMICA CONTEMPORÂNEA		
PSICOPATOLOGIA CRIMINAL: ANÁLISE DO FILME « TU NE TUERAS POINT » DE KIEŚLOWSKI		
DIREITO NA LITERATURA: UMA ANÁLISE DO ROMANCE “GABRIELA”, DE JORGE AMADO		
METODOLOGIAS E PRÁTICAS PARA O DIREITO À INFORMAÇÃO PATRIMONIAL: O CASO DE ILHÉUS (BA)		
DESCOLONIZAR A ARTE PARA TRANSFORMAR REALIDADES: ARTE E DIREITOS HUMANOS COMO MEIOS DE REAÇÃO CULTURAL		
SALVADOR NA ENCOSTA: UMA ANÁLISE DO DIREITO À MORADIA E À CIDADE A PARTIR DO PAGODE BAIANO		
DIREITO, ARTE E LUTA POR RECONHECIMENTO		
BAIXO DAS BESTAS: A PROSTITUIÇÃO E O CINEMA NO BRASIL		
GT 24 – DIREITO, PSICOLOGIA E NEUROCIÊNCIA	Coordenação: Sergio Nojiri (USP-SP) e Noel Struchiner (PUC-RJ)	PSICOPATIA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL NO ESTADO DO PARÁ
ELEMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA EMPÍRICA EM JULGAMENTO E TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL NO BRASIL		
PSICOPATIA E DIREITO PENAL: O LUGAR DO AUTOR PSICOPATA DENTRO DO SISTEMA JURÍDICO-PENAL		
	Coordenação: Pedro	O SUPREMO DE “PORTAS ABERTAS”: A COLEGIALIDADE EM AÇÃO
		O PAPEL DOS OPERADORES DO DIREITO DURANTE AS OPERAÇÕES DE JUSTIÇA ITINERANTE NO BAIXO MADEIRA

GT 25 – SOCIOLOGIA POLÍTICA DO DIREITO	Heitor Barros Geraldo (UFF-RJ) e Sérgio Marcos Carvalho de Ávila Negri (UFJF-MG)	SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NO NOVO CPC: ENTRE AS ESPERANÇAS DO LEGISLADOR E AS POSSIBILIDADES DA EMPÍRIA
		FINANCIAMENTOS DA FÉ: LAICIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO AOS USUÁRIOS DE ENTORPECENTES
		A QUESTÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PARA OS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL
		UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO NO CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
GT 26 – O CAMPO DO DIREITO INTERNACIONAL E SUAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	Coordenação: Michelle Rattón Sanchez Badin (FGV Direito-SP), Fabio Costa Morosini (UFRGS-RS) e Lucas da Silva Taschetto (UFABC-SP)	A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS: O CASO DOS HAITIANOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
		DIÁLOGO JURÍDICO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A METODOLOGIA DE SUA ANÁLISE EMPÍRICA NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
		MAPEAMENTO DOS ATORES NAS RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA: (MAIS) UM PASSO ANALÍTICO NO ATLAS.TI
		CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DIFICULDADES DE PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS NA ATUALIDADE
GT 27 – DIREITO E MOVIMENTOS SOCIAIS	Coordenação: Mariana Trotta Dallalana Quintans (UFRJ-RJ) e Maria José Andrade de Souza (UFRJ-RJ)	A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A ATUAÇÃO E PERCEPÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NO CASO RAPOSA SERRA DO SOL
		A DEFINIÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL E A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
		O DIREITO À CIDADE E OS NOVOS SUJEITOS COLETIVOS URBANOS: A EXPERIÊNCIA JUIZ-FORANA DO MAISJF
		O ENSINO JURÍDICO, AS PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS E O TEATRO DO OPRIMIDO: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA ALTERNATIVA
		DISCRIMINAÇÃO JUDICIAL POR IDENTIDADE DE GÊNERO: UM DIAGNÓSTICO
		O MOVIMENTO OCUPE ESTELITA E O DEBATE PELO DIREITO À CIDADE NO RECIFE
		DIREITO E MOVIMENTOS SOCIAIS: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE UM COLETIVO DE ARACAJU
		OCUPAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS POR MOVIMENTOS SOCIAIS, INAPROPRIAÇÃO DE MÉRITO E PROCESSUAL SOBRE O TEMA
		PARTICIPAÇÃO POPULAR E DIREITO À CIDADE NO "PLANO SALVADOR 500": MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO
		MEDIAÇÕES E MOVIMENTOS: UMA QUESTÃO DE PARTICIPAÇÃO
GT 28 – DIREITO E ECONOMIA	Coordenação: Luciana Luk-Tai Yeung (INSPER-SP) e Diogo R.Coutinho (USP-SP)	A CONSTRUÇÃO COLETIVA DA ADVOCACIA ATIVISTA: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DOS ADVOGADOS DO COLETIVO HABEAS CORPUS-RJ
		A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MORADORES DE FAVELAS NA APURAÇÃO PENAL DOS CRIMES DE CHACINA: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS NO CASO DA CHACINA DO BOREL
		UM DIREITO DA POLÍTICA FISCAL: UMA ANÁLISE JURÍDICO-INSTITUCIONAL DE REGRAS FISCAIS.
		SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO E TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO PELO STJ
		ARRANJO INSTITUCIONAL DA NOVA LEI DAS ESTATAIS: PERSPECTIVAS SOBRE A INDICAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO
		MERCADO DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL: REGULAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO E DA PROPRIEDADE POR POLÍTICOS PROFISSIONAIS
		O PAPEL DO BNDES NO FINANCIAMENTO DE NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA SINTROPIA E DO SISTEMA AGROFLORESTAL.
A ATUAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO: ESTUDO SOBRE A SUPERVISÃO DAS INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTOS		
		A PESQUISA EMPÍRICA QUANTITATIVA NO DIREITO EMPRESARIAL: IMPORTÂNCIA, INICIATIVAS E DESAFIOS À SUA REALIZAÇÃO NO BRASIL.
		CRISE FISCAL, DESIGUALDADE E TRIBUTAÇÃO DE HERANÇAS E DOAÇÕES NO BRASIL. CHEGOU A HORA DE REFORMAR O ITCMD?
		QUANDO O DIREITO OPERÁRIO NÃO SOCORRE OS OPERÁRIOS DO DIREITO: O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PELA PERCEPÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS E RECÉM BACHARÉIS DE VOLTA REDONDA
		FORMA JURÍDICA DAS INICIATIVAS PRODUTIVAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: NOS CAMINHOS DA DESCOLONIZAÇÃO
		EMPREENDEDORISMO CONTRA O DESEMPREGO: A INFORMALIDADE COMO POLÍTICA PÚBLICA

GT 29 – OUTRA ECONOMIA, OUTRO TRABALHO, OUTRO DIREITO	Coordenação: Flávia Almeida Pita (UEFS-BA), Carla Appollinario (UFF-RJ) e José Raimundo Oliveira Lima (UEFS-BA)	O TRANSPORTE DE MOTO-TÁXI NO DISTRITO FEDERAL: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E A REALIDADE SOCIAL DA CATEGORIA.
		CONHECENDO O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A REALIDADE DO ASSENTAMENTO SALETE STROZAK (GUIRATINGA - MT) E A DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE FEIRA DE SANTANA – BA
		PESQUISA PARTICIPANTE, ECONOMIA SOLIDÁRIA, EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO DE CASO
		ANÁLISE DO CALL CENTER DE UM PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL: A PORTA DE ENTRADA NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO OU A CONTINUIDADE POR FALTA DE PERSPECTIVAS?
		TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORANEO EM SERGIPE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE AS AÇÕES DE COMBATE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DE SERGIPE
		DIREITOS FUNDAMENTAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: ORÇAMENTO TEMÁTICO, RESERVA DO POSSÍVEL E EFICÁCIA SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.
		O DIREITO DE GREVE E AS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE ALTERNATIVAS ANTISISTÊMICAS CONTEMPORANEAS
		AS CONSEQUÊNCIAS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO TRABALHO POLÍTICO DAS MULHERES
		A FINALIDADE PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO: UMA ANÁLISE DO (DES)CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI Nº 11.788/2008 NOS ESTÁGIOS JURÍDICOS NA ÁREA TRABALHISTA EM SALVADOR
ANÁLISE JURÍDICA DOS ENTRAVES NA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ORGÂNICOS DO NORDESTE NA AGRICULTURA FAMILIAR		
GT 30 – DIREITO E CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO: OLHARES, SABERES E FAZERES	Coordenação: Pedro Teixeira Diamantino (UEFS-BA) e Cleuton César Ripol De Freitas (UFG-GO)	X
GT 31 – ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE O STF	Coordenação: Jeferson Mariano Silva (IESP/UERJ-RJ) e Guilherme Jardim Duarte (USP-SP)	AFINAL, O QUE QUEREM OS PODERES? PROFISSIONALISMO E DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO NAS SABATINAS PARA NOMEAÇÃO DE MINISTROS DO STF
		COMO O STF INTERPRETA SÚMULAS VINCULANTES?
		TEMPOS DE RESPOSTA: ASPECTOS ESTRATÉGICOS DA JUDICIALIZAÇÃO DA AGENDA LEGISLATIVA FEDERAL NO BRASIL
		SERIAM APENAS POLÍTICOS DE TOGA? CONHECENDO OS PROCESSOS DE AS INDICAÇÕES PRESIDENCIAIS AO STF A PARTIR DO MODELO EXPLICATIVO ATITUDINAL
		CORTE CONSTITUCIONAL E GESTÃO PROCESSUAL: ANÁLISE DA TUTELA PROVISÓRIA EM AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE
PREFERÊNCIAS, POLÍTICAS E TOMADA DE DECISÃO NO STF		
GT 32 – PESQUISAS EMPÍRICAS EM DIREITO DO TRABALHO: PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS	Coordenação: Isabela Fadul de Oliveira (UFBA-BA) e Paula Freitas de Almeida (UNICAMP-SP)	SE BEBER, NÃO TRABALHE: RELATOS DE UM CONFLITO METALÚRGICO NA “CIDADE DO AÇO”
		A LUTA PELO DIREITO A VIDA: NARRATIVAS DE RETORNO AO TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICAS NO CENTÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO ATUAL
		A FINALIDADE PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO: UMA ANÁLISE DO (DES)CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 11.788/2008 NOS ESTÁGIOS JURÍDICOS NA ÁREA TRABALHISTA EM SALVADOR
		ADVOCACIA SOB DEMANDA: O TRABALHO DO ADVOGADO EM MIGALHAS NO CONTEXTO DA ECONOMIA COMPARTILHADA NO BRASIL
		A JUSTIÇA DO TRABALHO EM FOCO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
		ACESSO À JUSTIÇA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NOS CASOS DE ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO NO BRASIL
		SEGURADOS POR DEUS E ABANDONADOS PELO ESTADO: NOTAS ACERCA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO DE PASTORES EM IGREJAS
PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUJEITOS DE DIREITO, PLURALISMO E AUTORREGULAÇÃO		
GT 33 – ENTENDENDO E RESSIGNIFICANDO AS PRÁTICAS JURÍDICAS: NOVOS ELEMENTOS PARA PENSAR O PLURALISMO DIANTE DO SISTEMA JURÍDICO	Coordenação: Joaquim Shiraishi Neto (UFMA - MA) e Judith Costa Vieira (UFOPA - PA/UNICAMP-SP)	A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A ALTERIDADE NA TEORIA DE ENUNCIÇÃO DE BAKHTIN
		CONSTRUÇÃO COLETIVA DE REGRAS DE CONVIVÊNCIA COMO EXPRESSÃO DO PLURALISMO JURÍDICO